



Governo do Distrito Federal  
Polícia Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF**  
**AMPLA CONCORRÊNCIA - ITEM 01 a 16**  
**UASG - 926016**

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisição de Equipamentos e Estrutura Física para Arrombamento para o BOPE e BPChoque da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, como Órgão Gerenciador (UASG - 926016), e a Secretária de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro - SEPM/RJ - COE, como Órgão Participante (UASG 927570), conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Edital e seus anexos.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 00054-00080204/2024-11**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 18/05/2026 às 14:00min (horário de Brasília/DF)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**ESTIMATIVA GERAL:** PÚBLICO

**VALORES DA CONTRATAÇÃO:**

**PMDF** R\$ 1.331.882,45 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

**SEPM/RJ - COE:** R\$ 2.349.394,97 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos).

**VALOR TOTAL GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.681.277,42 (três milhões, seiscentos e oitenta e um mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).**

Torna-se público que a Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, por meio do Departamento de Logística e Finanças - DLF, sediado no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para aquisição de Equipamentos e Estrutura Física para Arrombamento para o BOPE e BPChoque da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, como Órgão Gerenciador (UASG - 926016), e a Secretária de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro - SEPM/RJ - COE, como Órgão Participante (UASG 927570), conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida por itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que participar.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			PMDF	SEPM/RJ - COE	TOTAL		
1	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicates Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	UNIDADE	09	06	15	R\$ 5.725,68	R\$ 85.885,20
2	Aríete de 15 kg	UNIDADE	02	04	6	R\$ 5.725,25	R\$ 34.351,50
3	Serra Circular Tática a Gasolina	UNIDADE	02	02	4	R\$ 30.352,02	R\$ 121.408,08
4	Mini Serra Circular Tática Elétrica	UNIDADE	04	02	6	R\$ 22.765,50	R\$ 136.593,00
5	Porta de arrombamento para treinamento	UNIDADE	02	05	7	R\$ 49.900,00	R\$ 349.300,00
6	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	UNIDADE	02	03	5	R\$ 52.824,23	R\$ 264.121,15
7	Escada Tática Retrátil	UNIDADE	02	06	8	R\$ 1.629,00	R\$ 13.032,00
8	Breacher PEN - Caneta de Arrombamento Térmico	UNIDADE	10	02	12	R\$ 2.704,92	R\$ 32.459,04
9	Container de treinamento para Arrombamento.	UNIDADE	01	02	3	R\$ 459.200,00	R\$ 1.377.600,00
10	Break n' rake - Quebra Vidro	UNIDADE	02	02	4	R\$ 5.227,36	R\$ 20.909,44
11	Moto Serra Tática	UNIDADE	02	04	6	R\$ 45.583,12	R\$ 273.498,72
12	Furadeira de Bancada	UNIDADE	01	02	3	R\$ 1.616,07	R\$ 4.848,21
13	Breacher Tape - Fita de brecha ( rolo com 15 metros)	UNIDADE	20	04	24	R\$ 1.056,11	R\$ 25.346,64
14	Pry Bar	UNIDADE	20	02	22	R\$ 628,65	R\$ 13.830,30

15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	UNIDADE	04	12	16	R\$ 18.088,36	R\$ 289.413,76
16	Expansor hidráulico a bateria	UNIDADE	02	04	6	R\$ 106.446,73	R\$ 638.680,38
<b>VALOR DA CONTRATAÇÃO TOTAL</b>							<b>R\$ 3.681.277,42</b>

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

### 2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PMDF)

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;

2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;

2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado.(Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a PMDF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela PMDF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos deque trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo I deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

## **2.10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

2.10.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.10.2. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.10.3. É vedada a participação do Órgão ou Entidade Pública nesta licitação caso ele já esteja participando ou tenha feito a adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto deste certame no prazo de validade daquela em que ele esteja incluído, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo demandado pelo Órgão ou Entidade.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves

## Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

### 3.4. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.4.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, os itens que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;

### 3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.5.10. A vedação do subitem 3.5.09 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.5.11. A vedação do subitem 3.5.09 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

3.5.12. A vedação do subitem 3.5.09 aplica-se ao Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

3.5.13. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.5.14. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

3.5.14.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.5.14.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.5.15. A vedação de que trata o item 3.5.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.5.16. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.5.17. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.5.18. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização

fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.2 e 3.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.1. Quando o objeto da licitação possuir a previsão de entrega de bens em locais diferentes, é possível a apresentação de proposta com preços diferentes.**

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.17.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item (para SRP, utilizar valor unitário).
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de (R\$ 1,00).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de

pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.24. É facultado ao pregoeiro solicitar a proposta atualizada ao último lance ofertado ou negociada, juntamente com os documentos de habilitação.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexisterem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

### 8.2.1. Qualificação técnica

**I – Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

II - A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica conforme item 10.1.1 e 10.1.2 do Termo de Referência, Anexo I ao edital.

### 8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei,

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### 8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do



futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

- d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

#### 8.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

#### **8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

#### **8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças - SPL DALF, sediada no Anexo I do Quartel do Comando Geral

da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64 e Decreto nº 44.330/2023 art. 135, §3º):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.17.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: [dalf.licitacao@pm.df.gov.br](mailto:dalf.licitacao@pm.df.gov.br).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no e-mail: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

12.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, e contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, pela utilização do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

12.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. A Polícia Militar do Distrito Federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto n.º 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei n.º 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto n.º 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO** para o BOPE e BPChoque da PMDF, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição que será realizado por meio de Registro de Preços, mediante licitação Nacional na modalidade Pregão Eletrônico definida pelo artigo 6, inciso XLV da Lei 14133/2021:

[...].

**XLV** - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

[...]

1.2. A futura aquisição de **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO** visa assegurar a manutenção dos treinamentos e a modernização das equipes do BOPE e BPChoque da Polícia Militar do Distrito Federal .

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			PMDF	SEPM/RJ - COE	TOTAL		
1	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicate Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	UNIDADE	09	06	15	R\$ 5.725,68	R\$ 85.885,20
2	Aríete de 15 kg	UNIDADE	02	04	6	R\$ 5.725,25	R\$ 34.351,50
3	Serra Circular Tática a Gasolina	UNIDADE	02	02	4	R\$ 30.352,02	R\$ 121.408,08
4	Mini Serra Circular Tática Elétrica	UNIDADE	04	02	6	R\$ 22.765,50	R\$ 136.593,00
5	Porta de arrombamento para treinamento	UNIDADE	02	05	7	R\$ 49.900,00	R\$ 349.300,00
6	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	UNIDADE	02	03	5	R\$ 52.824,23	R\$ 264.121,15
7	Escada Tática Retrátil	UNIDADE	02	06	8	R\$ 1.629,00	R\$ 13.032,00
8	Breacher PEN - Caneta de Arrombamento Térmico	UNIDADE	10	02	12	R\$ 2.704,92	R\$ 32.459,04
9	Container de treinamento para Arrombamento.	UNIDADE	01	02	3	R\$ 459.200,00	R\$ 1.377.600,00
10	Break n' rake - Quebra Vidro	UNIDADE	02	02	4	R\$ 5.227,36	R\$ 20.909,44
11	Moto Serra Tática	UNIDADE	02	04	6	R\$ 45.583,12	R\$ 273.498,72
12	Furadeira de Bancada	UNIDADE	01	02	3	R\$ 1.616,07	R\$ 4.848,21
13	Breacher Tape - Fita de brecha ( rolo com 15 metros)	UNIDADE	20	04	24	R\$ 1.056,11	R\$ 25.346,64
14	Pry Bar	UNIDADE	20	02	22	R\$ 628,65	R\$ 13.830,30

15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	UNIDADE	04	12	16	R\$ 18.088,36	R\$ 289.413,76
16	Expansor hidráulico a bateria	UNIDADE	02	04	6	R\$ 106.446,73	R\$ 638.680,38
<b>VALOR DA CONTRATAÇÃO TOTAL</b>							<b>R\$ 3.681.277,42</b>

- 1.3. O código CATMAT foi consultado no sítio eletrônico: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.
- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O Catálogo Eletrônico de Padronização é uma solução de gerenciamento centralizado para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública e poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto.
- 1.6. Em estrita obediência ao Decreto Distrital nº 44.330/2023, Art.36, § 2º justifica-se que mediante pesquisa realizada no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao> não foi encontrado o item que corresponde ao objeto deste Termo de Referência e por essa razão não houve a utilização daquele Catálogo.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, e contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

### 2.1. BOPE

2.1.1. A Polícia Militar do Distrito Federal, instituição bicentenária, responsável pela preservação e restauração da ordem pública na Capital Federal e nas suas Regiões Administrativas, além de possuir em seu organograma unidades de resposta imediata, possui unidades que têm atividades diferenciadas das demais, uma vez que se utilizam de técnicas e treinamento próprios especializados para o cumprimento de sua missão constitucional, agindo em situações extremas. Entre elas, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) que atua em apoio ao policiamento convencional, especializado e demais órgãos do Distrito Federal e Entorno. E conforme estabelecido na portaria PMDF nº 802 de 15 de agosto de 2012, que regulamenta as atividades e o emprego operacional dos grupos de policiamento tático da Polícia Militar do Distrito Federal, o BOPE se enquadra no nível V de resposta, este definido em seu artigo 16, V:

"V - NÍVEL 5 – último nível de resposta em que se utiliza a superioridade relativa para reestabelecer à ordem pública por meio de ações e operações especiais. Neste nível o emprego da tropa é de forma unicamente repressiva de altíssima complexidade."

2.1.2. Para tanto, torna-se indispensável, neste tipo de atuação, dispor o policial de equipamentos especiais e específicos, modernos e adequados não só à atividade executada diuturnamente, mas também às situações imprevistas e atípicas que podem vir a se apresentar, considerando que o Batalhão de Operações Especiais está diretamente envolvido nas operações policiais de risco diferenciado que exijam a utilização de armas, equipamentos e técnicas especiais, específicos e fundamentais à atuação, incluindo ações de primeira resposta face a atentados terroristas e em ocorrência com reféns.

2.1.3. Considerando que, em razão do aumento do número de ocorrências de gerenciamento de crise no Distrito Federal se faz necessária à aquisição de armamentos e equipamentos adequados que possam conferir vantagem tática e operacional aos policiais que atuam em ocorrências envolvendo reféns, cárcere privado, suicídios, operações em ambiente rural e demais crises em que seja necessário o emprego da Batalhão de Operações Especiais - BOPE. Também se faz necessário garantir aos agentes de segurança pública, equipamentos que os protejam quando do desencadeamento de uma operação policial de alto risco, bem como salvaguardar a vida de reféns, vítimas e proteger autoridades estrangeiras ou nacionais da ação de criminosos ou terroristas armados.

2.1.4. Na atualidade muitas das ações criminosas terminam em ambiente rural, e diversas operações tem a necessidade de serem realizadas durante à noite, sendo imprescindível para o sucesso das ações, materiais que possam proporcionar uma superioridade relativa no confronto a tais organizações criminosas, neste cenário de crise. Sobre este tema, podemos relatar que:

2.1.4.1. A obtenção da superioridade relativa é um fator necessário, mas, por si só, insuficiente para garantir o êxito. Se pudermos determi44.330/2023ar, antes da operação, a melhor maneira de obter a superioridade relativa, poderemos modificar o planejamento e a preparação das operações especiais para aumentar a possibilidade de alcançarmos o êxito. (MCRAVEN, 1995).

2.1.5. O Batalhão de Operações Policiais Especiais ao ser acionado, em grande parte de suas ocorrências, o causador do evento crítico está homiziado, seja dentro de um cômodo ou até mesmo dentro de casa com portão trancado. Cômodos esses que não só estão trancados por suas fechaduras como também são barricados com móveis para dificultar a entrada e atuação do Grupo de Intervenção. Para a entrada será necessário o prego da brecha para a abertura.

2.1.6. Brecha são métodos e procedimentos empregados pelo operador especialista, com a finalidade de garantir a entrada do Grupo de Intervenção de forma eficiente e com o mínimo esforço. Pautada em ordenamento jurídico conforme:

Segundo o Código Penal Brasileiro:

[...]

"Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o ato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito. "

[...]

2.1.7. Segundo a Portaria Interministerial 4.226, a qual Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Este documento pauta cinco princípios aos quais os devem ser observados:

2.1.8. Princípio da **Conveniência**: A força não poderá ser empregada quando, em função do contexto , possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos.

Princípio da **Legalidade**: Os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei.

Princípio da **Moderação**: O emprego da força pelos agentes de segurança pública deve sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força.

Princípio da **Necessidade**: Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.

Princípio da **Proporcionalidade**: O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.

2.1.9. A palavra "arrombamento" aparece algumas vezes no Código de Processo Penal vigente. Por exemplo em artigos que versam sobre buscas domiciliares:

[...]

*"Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem a noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.*

[...]

*§ 2º Em caso de desobediência, **será arrombada a porta** e forçada a entrada.*

*§ 3º Recalcitrando o morador, **será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa**, para o descobrimento do que se procura."*

[...]

*" Art. 293. Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, a vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, **entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso**; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão. Parágrafo único. O morador que se recusar a entregar o réu oculto em sua casa será levado a presença da autoridade, para que se proceda contra ele como for de direito."*

2.1.10. O BOPE e BPChoque atua pautado na Supremacia do Interesse Público com subsídios para se defender no sentido de que um bem patrimonial tem menor valor quando comparado a uma vida que esta dentro do ambiente. E que a inviolabilidade do lar não é um direito absoluto e será violado caso uma vida dependa disso.

2.1.11. Sendo assim, para o efetivo cumprimento dessas missões de pronta resposta faz necessário o emprego de equipamentos que garantam a segurança da operação e assegurem a assertividade nas manobras, além disso promova treinamentos de atualização e padronização de procedimentos constantes, conforme exigências da própria instituição, respeitando as limitações estabelecidas para cada equipamento, incluindo seu prazo de validade, para

que possam ser usados, com segurança, tanto nos treinamentos como nas operações reais. Desta forma, é possível minimizar os riscos, os colocando em um patamar aceitável para garantir a segurança de todos os envolvidos na missão.

2.1.12. Considerando que as doutrinas que norteiam a atividade de operações especiais na Polícia Militar do Distrito Federal são a base para o sucesso da missão institucional de preservar vidas, a aquisição **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO**, busca vantagem tática, mantendo a integridade física dos operadores e conseguindo romper qualquer obstáculo ou resistência, de forma rápida, com surpresa e mínimo esforço, primando sempre pela segurança dos seus operadores e cumprimento da missão do BOPE, que é a de 'reservar vidas e bem atender a população do Distrito Federal.

### 3. **DA NECESSIDADE DO OBJETO:**

3.1. Considerando que as doutrinas que norteiam as atividades operacionais na Polícia Militar do Distrito Federal são a base para o sucesso da missão institucional de preservar vidas, os **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO** são equipamentos necessários para que a PMDF, tenha vantagem tática, mantendo a integridade física dos operadores e conseguindo operar de modo seguro em escuridão total, com disciplina de luzes e ruídos.

3.2. A aquisição do **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO**, visa garantir, principalmente, a segurança dos operadores da PMDF no cenário de operacional. A natureza das atividades policiais do BOPE implica na exposição a riscos, fazendo com que seja necessários os devidos equipamentos, evitando assim a baixa de policiais em combate, buscando aumentar a vantagem tática e segurança dos policiais da PMDF no cumprimento do dever.

### 4. **DOS BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. Esta aquisição irá beneficiar diretamente a Polícia Militar do Distrito Federal, uma vez que equipa e viabiliza a estruturação do BOPE com equipamentos utilizado por Unidades de Forças Especiais, contribuindo para uma Polícia moderna e equipada. O Policial Militar também é beneficiado na medida em que não será mais necessário se expor a riscos para executar as missões e utilizará de equipamento novo e moderno, portanto atuará com mais segurança em ambientes hostis com baixa ou nenhuma luminosidade .

4.2. O público externo é contemplado, haja vista que a capital federal do Brasil abriga as sedes dos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), além da sede do governo do Distrito Federal e embaixadas estrangeiras, o que exige um aparelhamento e constante preparação para evitar atentados contra autoridades. Nossa Capital Federal já sediou e tem capacidade de sediar grandes eventos desportivos nacionais e internacionais. Essa aquisição além de garantir uma resposta imediata a qualquer ocorrência de alto grau de complexidade garante um efeito preventivo o que caracteriza o principal papel da Polícia Militar do Distrito Federal.

4.3. Por fim, cabe ressaltar os benefícios para a sociedade do Distrito Federal que poderá contar com uma Polícia Militar mais bem equipada e em melhores condições de atender as demandas sociais de maneira mais célere e segura.

### 5. **DA CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO DIRETOR EXISTENTES:**



### DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No Plano Estratégico da Corporação, publicado na Portaria PMDF nº 1302 de 28 de Dezembro de 2022, são elencadas metas que culminam necessariamente na presente e possível aquisição de equipamentos para a o Esquadrão de Bombas.

#### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PMDF

ID	Nº	Objetivos	ID	Nº	Estratégias	ID	Nº	Iniciativas
01	12	Otimizar o policiamento ostensivo preventivo	01	12.1	Implantar programa de modernização das estruturas e recursos das atividades de policiamento ostensivo e preventivo	01	12.1.1	Adquirir equipamentos de proteção individual (EPI), equipamento de segurança de uso do Policial Militar (ESUPM) e equipamentos de proteção coletiva (EPC)
							12.1.4	Desenvolver projetos para criação, implementação e/ou adequação das unidades de policiamento ostensivo e preventivo
02	13	Ampliar a capacidade de resposta imediata	02	13.1	Otimizar o emprego das unidades de resposta imediata	02	13.1.1	Implantar projetos para a modernização das estruturas e recursos das atividades de resposta imediata e de pronto emprego

5.1. Observa-se, portanto, que o Plano Estratégico da PMDF traz à baila a necessidade da aquisição de equipamentos, a fim de garantir a modernização da Corporação, conferir vantagem operacional e tática às equipes e otimizar o emprego do efetivo especializado.

### DO ALINHAMENTO COM OS PLANOS DIRETORES

PORTARIA PMDF Nº 1.141 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2020.

#### PLANOS DIRETORES PMDF

PLANO	OBJETIVO	Nº	ESTRATÉGIA	Nº	Iniciativas	Nº	Iniciativas
PDPSP	PROMOVER A MOTIVAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	5.1	PROMOVER A MOTIVAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	5.1.1	Priorizar o processo de tomada de decisão e sugerir ao Comandante- Geral da PMDF medidas tecnológicas, equipamentos de uso individual e coletivo para a implementação de Políticas de Segurança Pública		

					direcionadas a qualidade de vida do profissional de segurança pública		
<b>PDLog</b>	<b>APRIMORAR GESTÃO LOGÍSTICA</b>	8.1	<b>Implantar projetos de aprimoramento logística</b>	8.1.4	Empregar o efetivo qualificado para as respectivas funções por interesse da Corporação, com o aval do DGP e do Comando-Geral, conforme necessidade		
<b>PDLog</b>	<b>GARANTIR SUPRIMENTO</b>	O 9.1	<b>Implantar projetos de aprimoramento do processo de suprimento</b>	9.1.4	Dotar a atividade de policiamento ostensivo e especializado de armamentos, munições e materiais bélicos em geral, dentro de suas especificações	9.1.8	Dotar a Corporação de equipamentos de segurança de uso na Polícia Militar (ESUPM) conforme atividade desempenhada e demanda
<b>PDGOp</b>	<b>APRIMORAR GESTÃO LOGÍSTICA OPERACIONAL</b>	A 9.1	<b>Otimizar os processos logísticos para suporte da atividade operacional</b>	9.1.3	Desenvolver, junto ao Estado-Maior, estudos para aquisição de novas tecnologias operacionais		

<b>DO ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAIS</b>		
<b>ITEM</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>ID.PCA/25</b>
01	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicates Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	32312
02	Aríete de 15 kg	38866
03	Serra Circular Tática a Gasolina	38920
04	Mini Serra Circular Tática Elétrica	38919

05	Porta de arrombamento para treinamento	38858
06	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	38854
07	Escada Tática retrátil	38918
08	Breacher PEN - Caneta de arrombamento térmico	38850
09	Container de treinamento para Arrombamento.	-
10	Break n' rake - Quebra Vidro	38848
11	Moto Serra Tática	38917
12	Furadeira de Bancada	38916
13	Breacher Tape- fita de brecha ( rolo com 15 metros)	38844
14	Pry Bar	38843
15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	38842
16	Expansor hidráulico a bateria	38840

## 6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS:

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial , e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição (agosto/2021).

6.2. Em cumprimento ao art. 7º, da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou a pressão exagerada ao meio ambiente, os materiais adquiridos deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou biodegradáveis.

6.3. E com intuito de cumprir o que disciplina a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Programa de Responsabilidade Socioambiental do Ministérios de Estado do Meio Ambiente, as empresas licitantes ficam cientes quando da participação do pleito licitatório acerca da

Agenda supramencionada, bem como, a Diretoria de Patrimônio, Transporte e Suprimento da PMDF, sobre o recolhimento e destinação dos materiais adquiridos, após sua vida útil, visando sustentabilidade a longo prazo.

6.4. Com vista ao desenvolvimento nacional sustentável e para mitigar eventuais imprevistos, as licitantes deverão observar as normas e orientações em relação à adoção de critérios e procedimentos ambientais, tais como:

6.4.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

6.4.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.4.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.4.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

6.5. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

6.6. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

6.6.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

6.6.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

6.6.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

6.6.4. Outras formas vedadas pelo poder públicos.

## 7. DA QUANTIDADE ESTIMADA:

7.1. A estimativa da quantidade é baseada no efetivo especializado do BOPE e BPChoque, para que seja possível o atendimento em ocorrências simultâneas e treinamento das 4 equipes do GI-13.

7.2. E a estimativa de uso dos equipamentos de no mínimo 5 (cinco) anos a contar da data do recebimento dos materiais.

7.3. ESTIMATIVA TOTAL:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE

01	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicate Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	09
02	Aríete de 15 kg	02
03	Serra Circular Tática a Gasolina	02
04	Mini Serra Circular Tática Elétrica	04
05	Porta de arrombamento para treinamento	02
06	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	02
07	Escada Tática Retrátil	02
08	Breacher PEN - Caneta de Arrombamento Térmico	10
09	Container de treinamento para Arrombamento.	01
10	Break n' rake - Quebra Vidro	02
11	Moto Serra Tática	02
12	Furadeira de Bancada	01
13	Breacher Tape - Fita de Brecha ( rolo com 15 metros)	20
14	Pry Bar	20
15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	04
16	Expansor hidráulico a bateria	02

## 8. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UPM
01	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicate Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	05	BOPE
01	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicate Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	04	BPCHOQUE
02	Aríete de 15 kg	02	BOPE
03	Serra Circular Tática a Gasolina	02	BOPE
04	Mini Serra Circular Tática Elétrica	04	BOPE
05	Porta de arrombamento para treinamento	02	BOPE
06	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	02	BOPE
07	Escada Tática Retrátil	02	BOPE
08	Breacher PEN - Caneta de Arrombamento Térmico	10	BOPE
09	Container de treinamento para Arrombamento.	01	BOPE
10	Break n' rake - Quebra Vidro	02	BOPE
11	Moto Serra Tática	02	BOPE
12	Furadeira de Bancada	01	BOPE
13	Breacher Tape - Fita de Brecha ( rolo com 15 metros)	20	BOPE
14	Pry Bar	20	BOPE
15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	04	BOPE

16	Expansor hidráulico a bateria	02	BOPE
----	-------------------------------	----	------

## 9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **2% (dois por cento)** do valor total da contratação.

9.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

9.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

9.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

9.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

9.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

9.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

9.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

9.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

9.8.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

### 9.8.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

- 9.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 9.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 9.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 9.13. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.14. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 9.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 9.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 9.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 9.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 9.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 9.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 9.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## 10. DA HABILITAÇÃO

### 10.1. Documentação Comprobatória de Qualificação Técnica:

- 10.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu material compatível com o objeto desta licitação.
- 10.1.2. Certificações referente ao Equipamento de acordo com as especificações contidas no Memorial Descritivo (163049234).



## 11. DO BEM CONSIDERADO COMUM

11.1. Trata-se de **aquisição de bem comum**, que se justifica pela necessidade de atender ao interesse público e ao bem comum, promovendo a melhoria das condições operacionais e de segurança pública e infraestrutura.

11.2. São caracterizados com **bens de consumo** e nenhum destes itens apresentados como um bens de luxo. Tendo em vista suas especificidades essenciais e indispensáveis nas atividades diárias de atendimento à Segurança Pública. Os equipamentos de abertura solicitados são dispositivos específicos para abertura de portas e compartimentos em situações de emergência, são ferramentas operacionais de uso cotidiano nas Operações Especiais policiais. Esses equipamentos são utilizados em ações de resgate, abordagens e em situações de alto risco, como resgates de reféns, cumprimento de mandatos de busca e apreensão e abordagens em que a segurança dos agentes e da sociedade estão em risco iminente.

11.3. Esses equipamentos são essenciais para garantir a eficiência e a agilidade nos processos de trabalho, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A ser contratada mediante licitação, na modalidade **pregão nacional**, em sua forma eletrônica. O processo de seleção do fornecedor, seguirá as normas do artigo 17, e Art. 29, da Lei 14.133/2021:

11.4. Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a [alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei](#).

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

§ 1º A fase referida no inciso V do **caput** deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do **caput** deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

§ 4º Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

§ 5º Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

§ 6º A Administração poderá exigir certificação por organização independente acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) como condição para aceitação de:

I - estudos, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos;

II - conclusão de fases ou de objetos de contratos;

III - material e corpo técnico apresentados por empresa para fins de habilitação.

## 12. **DA AMOSTRA OU INSPEÇÃO**

12.1. Após a habilitação, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar AMOSTRA conforme especificação técnica definida no edital;

12.2. Tal exigência tem por objeto a aquisição de equipamentos de abertura, necessários para o desempenho regular e eficiente das atividades desenvolvidas pelo órgão/entidade. Conforme estabelece o art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação deve conter a adequada definição do objeto, com especificações claras, suficientes e objetivas, de modo a garantir a seleção da proposta mais vantajosa e assegurar ampla competitividade. Visando :

12.2.1. Assegurar o atendimento às especificações técnicas, evitando que produtos incompatíveis ou de qualidade inferior sejam entregues apenas após o empenho e contrato, o que poderia resultar em prejuízo ao erário e atraso operacional.

12.2.2. Reduz riscos de falhas, uma vez que os equipamentos de abertura exigem resistência, precisão mecânica e padrões de segurança que não podem ser verificados apenas por descrição documental ou catálogo.

12.2.3. Garante isonomia e objetividade, pois a amostra é avaliada com base nos critérios previamente estabelecidos, afastando subjetividade e fortalecendo a transparência do procedimento, em consonância com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4. Contribui para a escolha da proposta mais vantajosa, conforme preconiza o art. 11 e o princípio da eficiência, evitando futuras despesas com manutenção, troca ou substituição de equipamentos inadequados.

12.2.5. Atende ao princípio do planejamento, previsto no art. 5º e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a Administração adquira produtos devidamente testados e compatíveis com as necessidades identificadas nos estudos técnicos preliminares.

12.3. No caso específico da aquisição dos equipamentos de abertura, a complexidade técnica, o risco operacional envolvido e a necessidade de conformidade com padrões mínimos de desempenho justificam a adoção de apreciação de amostras como etapa indispensável do procedimento. A avaliação prévia do material permite verificar, de forma objetiva, se o equipamento ofertado atende às exigências técnicas previamente definidas, assegurando que o produto a ser adquirido seja compatível com as condições reais de uso.

12.4. À critério da Licitante, a mesma fará REMESSA DA AMOSTRA, OU envio de COMISSÃO DE INSPEÇÃO no território nacional (equipamento da empresa ou adquirido por instituição militar e/ou policial) para análise das amostras do objeto licitatório.

12.5. O envio de amostra para a PMDF ou da comissão para fora do Distrito Federal deverá ser decidido pela licitante, com o objetivo de tornar a logística a mais adequada para a licitante.

## 12.6. Tabela da Entrega da Amostra ou Inspeção:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DA ENTREGA DA AMOSTRA OU INSPEÇÃO
1	<b>Kit de Arrombamento</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
2	<b>Aríete de 15 kg</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
3	<b>Serra Circular Tática à Gasolina</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
4	<b>Mini Serra Circular Tática Elétrica</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
5	<b>Porta de arrombamento para treinamento</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
6	<b>Ferramenta de Arrombamento Hidráulico</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
7	<b>Escada tática retrátil</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
8	<b>Breacher PEN - Caneta de arrombamento térmico</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
9	<b>Container de treinamento para Arrombamento</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo. Entrega do Catálogo técnico : <b>Junto com a Proposta comercial/licitante e os documentos necessários para habilitação da empresa.</b> FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: Entrega do equipamento/ Montagem/ treinamento : <b>120 dias corridos.</b>
10	<b>Break n' rake - Quebra Vidro</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo

11	<b>Moto Serra Tática</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
12	<b>Furadeira de Bancada</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
13	<b>Breacher Tape - Fita de brecha (rolo com 15 metros)</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
14	<b>Pry Bar ( Alavanca individual)</b>	Não necessitam montagem ou instalação por parte do fornecedor, apenas entrega, com os devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
15	<b>Halligan hidráulico para entrada forçada</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo
16	<b>Expansor hidráulico a bateria</b>	Necessitam de montagem, posicionamento ou instalação básica, bem como instrução por parte do fornecedor. Com seus devidos manuais de funcionamento e certificados exigidos conforme memorial descritivo

### 13. **DA AMOSTRA OU INSPEÇÃO: ENVIO PARA A PMDF**

13.1. Após a habilitação, a licitante será convocada para apresentação da AMOSTRA do item vencido, a qual será composta por: **1 (um) Equipamento de cada item listado no TR, ofertado pela licitante;**

13.2. A licitante convocada nos termos do item 12, poderá APRESENTAR a amostra à Seção de Procedimentos Licitatórios – SPL do Departamento de Apoio Logístico e Finanças - DALF/DLF, localizada no SAISO – Setor Policial Sul – Área Especial nº 04 – Anexo do QCG – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70.610-200, contatos no Telefone: (61) 3190- 5557 ou no e-mail: [dalf.licitacao@pm.df.gov.br](mailto:dalf.licitacao@pm.df.gov.br), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis através de solicitação devidamente justificada, contados a partir da convocação, aos cuidados do Sr. Pregoeiro, sob pena de ser desclassificada do certame";

13.3. **As licitantes estarão autorizadas a participar da fase de avaliação das amostras, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. As datas e horários dos testes serão publicadas no sistema Compras, em momento oportuno;**

13.4. **As amostras deverão ser identificadas na face externa com o número do pregão, o item e o nome da empresa licitante, a fim de serem analisadas pela comissão técnica da PMDF;**

13.5. Após o recebimento da amostra a SPL/PMDF encaminhará o objeto para a comissão técnica para análise e emissão de parecer técnico, no prazo de até 10 dias úteis, aprovando ou reprovando a amostra apresentada pela licitante;

13.6. **A amostra será analisada conforme especificação técnica, contida no Memorial Descritivo (163049234).**

13.7. Comitativa de Análise de Amostra da PMDF deverá vistoriar a amostra dos **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO**, às custas da LICITANTE, para realizar inspeção prévia com confecção de relatório. A Comitativa será composta por:

- EDSON PINTO GOMES - CAP QOPMA - Mat. 23.441/9 - BOPE;
- JACKSON ALCANTARA CONDE DA SILVA - 1º TEN QOPM - Mat. 195926/3 - BOPE;
- SAULO RICARDO DIAS DE SOUZA - 3º SGT QPPMC - Mat. 732.950/4 - BOPE.

13.8. Integrantes da equipe de planejamento da contratação e gestor do contrato, TODOS especialistas em arrombamento no BOPE/PMDF;

13.8.1. Após a análise, as amostras serão encaminhadas, juntamente com parecer, à SPL/PMDF que dará continuidade na licitação;

13.8.2. No caso de reprovação da amostra, ou o não atendimento ao disposto no item 14, será convocada a “licitante remanescente.”;

13.8.3. Os testes e vistoria deverão ser descritos em relatório, com as respectivas fotos e/ou imagens gravadas em vídeo;

13.8.4. A amostra rejeitada ficará a disposição da empresa na SPL/DALF/DLF/PMDF

13.8.5. **" A licitante deve se atentar ao item "09" da Tabela da Entrega da Amostra ou Inspeção constante do item 12.6, pois devido sua complexidade tem a entrega do Catálogo técnico : Junto com a Proposta comercial/licitante e os documentos necessários para habilitação da empresa. E na FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL tem a entrega do equipamento/ Montagem/ treinamento :120 dias corridos."**

14. **DA AMOSTRA OU INSPEÇÃO: CASO A LICITANTE ESCOLHA LEVAR A EQUIPE PARA INSPEÇÃO NA FÁBRICA.**

14.1. Após a habilitação, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para providenciar a INSPEÇÃO, no território nacional , conforme especificação técnica definida no edital, através do envio de comissão com no mínimo 03 (quatro) Operadores Especiais atuação no BOPE;

14.2. As despesas referentes à movimentação, hospedagem e alimentação dos servidores da PMDF, designados como inspetores para a fiscalização dos Equipamentos e verificação de seu funcionamento, serão de responsabilidade da LICITANTE. A empresa deverá, ainda, apresentar carta de anuência e de aceitação quanto à inspeção prevista.

14.3. As despesas previstas com traslado deverão ser feitas em transporte aéreo, em classe econômica ou executiva, a critério da LICITANTE;

14.4. A hospedagem em hotel em configuração equivalente no mínimo a 3 estrelas, em quartos individuais, para os membros da equipe de inspetores de fiscalização, durante a visita de inspeção;

14.5. A LICITANTE deverá providenciar durante os dias de inspeção, para cada membro da equipe, três refeições padrão médio sendo elas: café da manhã, almoço e jantar, além de água e bebidas não alcoólicas.

14.6. **É vedado à licitante repassar à contratante quaisquer custos relativos à apresentação de amostras, os quais não deverão, em hipótese alguma, compor a formação de preços da proposta.**

14.7. Se na inspeção dos equipamentos for necessário o uso de língua diferente do idioma oficial do Brasil, as custas da LICITANTE será disponibilizado tradutor para acompanhar a equipe durante a vistoria dos equipamentos e informar de forma clara todos os questionamentos apresentados.

14.8. **A amostra será analisada conforme especificação técnica, contida no Memorial Descritivo (163049234).**

14.9. Comitiva de Análise de Amostra da PMDF deverá vistoriar a amostra dos **EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO**, às custas da LICITANTE, para realizar inspeção prévia com confecção de relatório. A Comitiva será composta por:

- EDSON PINTO GOMES - CAP QOPMA - Mat. 23.441/9 - BOPE;

- JACKSON ALCANTARA CONDE DA SILVA - 1º TEN QOPM - Mat. 195926/3 - BOPE;
- SAULO RICARDO DIAS DE SOUZA - 3º SGT QPPMC - Mat. 732.950/4 - BOPE.

- 14.10. Integrantes da equipe de planejamento da contratação e gestor do contrato, TODOS especialistas em arrombamento no BOPE/PMDF;
- 14.11. No caso de reprovação da amostra, ou o não atendimento ao disposto no item 14, será convocada a “licitante remanescente.”.
- 14.12. Os testes e vistoria deverão ser descritos em relatório, com as respectivas fotos e/ou imagens gravadas em vídeo.

15. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Plano Interno de Orçamento 2025;
- 15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Fonte:** FCDF

**Demanda:** 399 - Equipamentos de Manobra para Tropas Especializadas

**Código da Despesa:** 44905222

**Meta Física:** 0

**Produto/Unidade:** 93

**Id. PCA/2025:**

DO ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAIS		
ITEM	PRODUTO	ID.PCA/25
01	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicata Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	32312
02	Aríete de 15 kg	38866
03	Serra Circular Tática a Gasolina	38920
04	Mini Serra Circular Tática Elétrica	38919
05	Porta de arrombamento para treinamento	38858

06	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	38854
07	Escada Tática retrátil	38918
08	Breacher PEN - Caneta de arrombamento térmico	38850
09	Container de treinamento para Arrombamento.	-
10	Break n' rake - Quebra Vidro	38848
11	Moto Serra Tática	38917
12	Furadeira de Bancada	38916
13	Breacher Tape- fita de brecha ( rolo com 15 metros)	38844
14	Pry Bar	38843
15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	38842
16	Expansor hidráulico a bateria	38840

O item 09 foi solicitado a inclusão no PCA conforme documento SEI 165401552, porém não foi realizada a inclusão deste item.

#### 16. COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16.1. Não se aplica o art. 48 da Lei Complementar 123/2014, tendo em vista o valor superior ao delimitado no artigo, bem como a impossibilidade de estabelecer cota reservada.

16.2. A Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, em seu art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

I - ([Revogado](#)); ([Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014](#)).

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

16.3. No caso da presente aquisição **não** cabe a aplicação de cota reservada e não aplicação do benefício da licitação exclusiva uma vez que pela natureza tão específica e complexa dos objetos, não há número ideal de fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte que possam participar de maneira competitiva do certame. Em geral é de notório conhecimento que os equipamentos voltados para área de segurança pública não são fornecidos e produzidos por esse tipo de empresas. E mesmo que estas desejem intermediar a aquisição, por não terem a capacidade de produção dos itens, o preço a ser praticado certamente seria abruptamente mais elevado, portanto a aplicação da cota e do benefício da licitação exclusiva acaba por não ser vantajosa para a Administração Pública, já que ela pode contratar o bem diretamente de quem o produz. Ademais, considerando que o equipamento almejado requer alto grau de qualidade e performance, não é recomendável a abertura de cota e aplicação do benefício, pois poderá representar prejuízo ao conjunto do objeto e para a atividade finalística a qual será empregado, levando em conta que será utilizado em ocorrências que envolvem a preservação da vida e neutralização das ameaças.

## 17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

17.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

17.2. Sendo assim **não indicado** à participação de consórcios de empresas em licitações com sistema de registro de preços pelas seguintes motivações:

**Fragilidade na Responsabilidade:** Em um consórcio, a responsabilidade pode ser diluída entre as empresas participantes, o que pode dificultar a identificação de quem é responsável por eventuais falhas na execução do contrato.

**Comprometimento da Competitividade:** A participação de consórcios pode prejudicar a concorrência, já que permite que empresas se unam para superar concorrentes menores, potencialmente levando a uma redução na competitividade.

**Complexidade na Gestão:** A gestão de contratos decorrentes de consórcios pode ser mais complexa, dificultando a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais.

**Risco de Conflito de Interesses:** A atuação conjunta de empresas pode criar conflitos de interesses, especialmente se elas já atuam em áreas similares ou têm relações comerciais anteriores.

**Dificuldade na Execução do Objeto:** A execução de serviços ou fornecimento de bens pode ser prejudicada pela falta de uma única unidade responsável, já que a coordenação entre diferentes empresas pode ser problemática.

17.3. Esses fatores contribuem para a necessidade de uma maior rigidez na seleção de participantes em licitações, visando garantir a eficiência e a eficácia na execução dos contratos administrativos.



## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não se verifica as contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

18.2. Sendo assim **não indicado** à Subcontratação de empresas em licitações com sistema de registro de preços pelas seguintes motivações:

**Responsabilidade Solidária:** A subcontratação pode dificultar a identificação da responsabilidade do contratado principal, uma vez que a qualidade e a execução do serviço ou fornecimento podem ser comprometidas se o subcontratado não atender aos requisitos.

**Risco de Qualidade:** Há um risco maior de que o subcontratado não possua as mesmas qualificações ou comprometimento que o contratado principal, o que pode impactar a qualidade do serviço ou produto fornecido.

**Complexidade na Gestão:** A gestão de contratos que envolvem subcontratação pode ser mais complicada, exigindo maior fiscalização e controle, o que pode sobrecarregar a administração pública.

**Redução da Transparência:** A subcontratação pode dificultar a transparência na execução do contrato, uma vez que o controle sobre o trabalho realizado por terceiros pode ser limitado.

**Incentivo à Competitividade:** A vedação à subcontratação pode incentivar as empresas a se prepararem melhor e a investirem na capacitação necessária para atender às exigências do edital, aumentando a qualidade geral dos concorrentes.

18.3. Essas razões sustentam a necessidade de evitar a subcontratação em licitações com sistema de registro de preços, garantindo que a execução dos contratos seja realizada de maneira direta e eficaz.

## 19. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. De acordo com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as compras sempre que possível deverão ser processadas através de sistema de registro de preços, de acordo com a Lei Distrital Nº 2.340/99 e do Parecer Jurídico Nº 306/2020 - PGCONS/PGDF. Da mesma forma, se justifica no Art. 190. do Decreto Nº 44330 DE 16/03/2023:

" **Art. 190.** O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. "

19.2. Portanto, opta-se pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, uma vez que há amplitude de competitividade e com a abertura de manifestação em Intenção de Registro de Preços - IRP para que outros órgãos policiais possam participar do certame gerando redução de valor na propostas das licitantes, e auxílio em planejamento de aquisição de equipamentos tão necessários para o BOPE.

## 20. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

20.1. A modalidade de pregão é destinada a aquisição de bens e serviços comuns e esta modalidade se destina aqueles itens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, desta feita a modalidade pregão eletrônico **nacional** permite a participação de um maior número de empresas aumentando a competitividade do certame, considerando que muitas empresas que fabricam os objetos deste Termo de Referência, com a certificação exigida, são estrangeiras, porém com fornecedores no âmbito nacional.

20.2. O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será o de menor preço. Art. 114 do Decreto Distrital nº 44.330/2023;

## 21. ESPECIFICAÇÃO DO BEM

21.1. Quanto às características detalhadas deverão ser observados, no mínimo, requisitos constantes do Memorial Descritivo (163049234).

## 22. ESTIMATIVA DOS CUSTOS

22.1. O Valor estimado da aquisição é de R\$ 1.331.882,45 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) para a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, Órgão Gerenciador, e o valor estimado de R\$ R\$ 2.349.394,97 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos) para a Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro - SEPM/RJ - COE, Órgão participante, perfazendo o Valor total estimado para a contratação de R\$ 3.681.277,42 (três milhões, seiscentos e oitenta e um mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

## 23. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

23.1. Os itens foram devidamente parcelados, e não agrupados, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, e pelo Decreto Distrital nº 44.404/2023. Tal divisão é considerada economicamente mais vantajosa, uma vez que permite a participação de um número maior de licitantes, o que tende a aumentar a competitividade e, conseqüentemente, reduzir os valores dos itens. Além disso, o parcelamento não compromete a funcionalidade do conjunto da solução, nem causa perda de economia de escala.

## 24. SOLUÇÃO - CICLO DE VIDA

24.1. Todos os itens da contratação deverão ter um ciclo de vida igual ou superior a 5 anos.

24.2. Quanto ao item 09 - Container de treinamento para Arrombamento. deverá ter um ciclo de vida igual ou superior a 10 anos.

## 25. CRONOGRAMA DE ENTREGA

25.1. A entrega deverá ser realizada em uma única vez, no prazo estabelecido de até 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da assinatura do contrato, no endereço estipulado pela contratante, prazo este aplicados a todos os itens constantes no Memorial Descritivo (163049234).

ENDEREÇO DE ENTREGA			
UNIDADE	LOCAL	ENDEREÇO	CONTATO
PMDF	BRASÍLIA/DF	Seção de Suprimentos / PMDF - SETOR POLICIAL SUL - SAISO, AREA ESPECIAL Nº 04, SEÇÃO DE SUPRIMENTO/PMDF, BRASÍLIA-DF	TELEFONE: (61) 3910-1395 Horário para entrega: conforme horário de expediente da Corporação (de 13:00h às 19:00h de segunda a quinta-feira).
SEPM/RJ - COE	RIO DE JANEIRO/RJ	Rua Santo Abelardo, 69-233 - Ramos, Rio de Janeiro - RJ, 21030-250	TELEFONE: (21) 2333-2702 Horário para entrega: 09:00h às 18:00

26. **PRAZO PARA ENTREGA**

26.1. 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

27. **DOS DEFEITOS CRÍTICOS**

27.1. Serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais dos produtos ou inviabilizar o seu uso ou estando fora das especificações exigidas.

27.2. A ocorrência de um defeito crítico implicará na devolução do produto ao fornecedor para solução da irregularidade, independente da responsabilidade administrativa a ser apurada, se houver.

28. **DO RECEBIMENTO**

28.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Memorial Descritivo (163049234).

28.2. A verificação dos equipamentos, após recebimento no BOPE/PMDF, deverá ser realizada por comissão de no mínimo 03 (cinco) policiais da Polícia Militar do Distrito Federal, devendo ser composta por pelo menos 01 (um) oficial e ainda, se possível da unidade interessada e será realizada na fase de recebimento.

28.3. Sugere os seguintes nomes para compor Comissão de Recebimento, integrantes da equipe de planejamento da contratação e gestor do contrato, TODOS especialistas em arrombamento do BOPE/PMDF:

- LAURO CEZAR DE OLIVEIRA FERREIRA - 1º TEN QOPM - Mat. 215.232/0 - BOPE;

- JOSÉ PAULO DE SOUZA - 1º SGT QPPMC - Mat. 22.146/5 - BOPE;
- DIÓGENES OLIVEIRA MARQUES DA CRUZ - 3º SGT QPPMC - Mat. 732.292/5- BOPE.

- 28.4. No recebimento dos produtos contratados deverá ser realizada uma inspeção visual e manual para verificação de possíveis defeitos críticos.
- 28.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Memorial Descritivo (163049234), devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 28.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 28.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 28.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 28.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 28.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 28.11. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## 29. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 29.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 29.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 29.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 29.3.1. o prazo de validade;
  - 29.3.2. a data da emissão;
  - 29.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

- 29.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 29.3.5. o valor a pagar; e
- 29.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

29.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

29.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

29.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 29.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 29.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

29.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

29.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

29.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

29.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

29.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

29.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

29.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

29.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

29.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

29.16. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de

documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 30. **REAJUSTE**

- 30.1. O marco temporal inicial de contagem de um ano, para fins de concessão do reajuste de preços, será a partir da data limite (dia/mês/ano) para apresentação de proposta.
- 30.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 30.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 30.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 30.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 30.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, de qualquer forma, não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 30.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### 31. **DOS DEFEITOS CRÍTICOS**

- 31.1. Serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais dos produtos ou inviabilizar o seu uso ou estando fora das especificações exigidas.
- 31.2. A ocorrência de um defeito crítico implicará na devolução do produto ao fornecedor para solução da irregularidade, independente da responsabilidade administrativa a ser apurada, se houver.

### 32. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 32.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 32.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 32.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 32.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 32.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 32.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 32.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 32.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 32.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 32.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 32.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 32.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 32.13. Quando da entrega do material, a Contratada deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal.
- 32.14. A empresa contratada deverá fornecer um Termo de Garantia para cada material fornecido, para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização no objeto.
- 32.15. A PMDF recusará a receber qualquer objeto que esteja com a qualidade comprometida.

### 33. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 33.1. Entregar o objeto em conformidades qualitativas, quantitativas e no prazo estabelecido, com o devido termo de garantia do produto ou equivalente, conforme prescreve o art. 50 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.078/90, devendo o objeto estar em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações técnicas deste Termo de Referência;
- 33.2. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou materiais empregados;
- 33.3. A contratada fica obrigada a execução de logística reversa;
- 33.4. A contratada deverá realizar a reposição dos produtos que apresentarem defeitos durante o prazo de vigência da garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da notificação;

- 33.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos, consertos, seguro, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela Contratada, independente de previsão estabelecida no manual de garantia do fabricante;
- 33.6. Manter, durante toda vigência das obrigações, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 33.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por culpa ou dolo durante o cumprimento das obrigações, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pela PMDF;
- 33.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução das obrigações, inclusive, com pessoal utilizado na execução do objeto, que não terá qualquer vínculo empregatício com a PMDF;
- 33.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 33.10. Garantir que ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da PMDF, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- 33.11. Manter um representante em contato direto e constante com a PMDF, durante a execução das obrigações, bem como indicar o responsável para acionamentos referentes aos Termos de Garantia;
- 33.12. Colocar à disposição da PMDF todos os meios e recursos quanto ao emprego do equipamento, como manuais, regulamentos e vídeos-aula, se aplicáveis, ainda que fornecidos pelo fabricante, todos redigidos e apresentados em língua oficial brasileira, de acordo com artigo 31 do Código de Defesa do consumidor, se aplicável;
- 33.13. Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam as suas obrigações;
- 33.14. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela PMDF, sem autorização prévia e expressa da Instituição;
- 33.15. Obedecer, conforme o caso, os dispostos no artigo 119 da lei nº 14.133/2021, além dos artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, respondendo por todos os vícios e danos não verificados no recebimento provisório;
- 33.16. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por eventuais ações administrativas ou judiciais referentes à utilização de marca, símbolo ou outro bem de natureza científica protegido por direitos autorais;
- 33.17. Aplicam-se a presente contratação as cláusulas exorbitantes da Administração Pública;
- 33.18. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transportes, frete, seguro, carga e descarga, desembarço, inclusive as despesas decorrentes com armazenagem, estocagens, diárias e todos os desembarços alfandegários caso o bem a ser adquirido fique retido por qualquer que seja o motivo na alfândega, bem como todas as despesas financeiras referentes à liberação aduaneira no destino;
- 33.19. A CONTRATADA deve adotar todas as medidas preventivas para preservação dos bens adquiridos pela CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito à embalagem, utilizando, se for o caso, suportes de material sintético de alta resistência e cintas específicas que darão ao bem uma boa fixação para evitar qualquer tipo de dano durante o trajeto. Caso a Contratada utilize suportes de madeiras, estas devem obedecer às normas internacionais para tratamento de origem das madeiras utilizadas e devem ter os carimbos específicos conforme orientações do Ministério da Agricultura do Brasil, todavia, sugere-se que sejam utilizados suportes ou “pallets” de polímero, metal ou outro material resistente;



33.20. A CONTRATADA deverá realizar curso técnico básico sobre operação, manutenção preventiva e identificação de falhas do Equipamento de Raio-X Portátil, homologado pela fabricante, sem ônus adicional, para operadores indicados pelo Batalhão de Operações Especiais, capacitando-os para utilização adequada e segura do equipamento adquirido.

33.21. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos referentes ao curso mencionado, incluindo deslocamentos, hospedagens, alimentação, materiais didáticos e encargos sociais e trabalhistas inerentes aos instrutores designados para ministrar o referido treinamento.

33.22. O treinamento deverá ser realizado presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília-DF, ou alternativamente, sem possibilidade de quaisquer reclamações por parte da CONTRATADA, em local a ser indicado pela CONTRATANTE na região de Brasília-DF, em espaço apropriado para realização do curso, ficando a cargo da CONTRATADA eventual disponibilização de local externo e demais recursos necessários à realização do treinamento.

#### 34. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

34.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

34.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

34.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

34.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

34.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

34.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

34.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

34.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

34.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

34.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

34.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

34.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

34.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

34.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

34.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

34.16. Cabe ao gestor do contrato:

34.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

34.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

34.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

34.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

34.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

34.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

34.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 35. FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

35.1. A PMDF indicará um representante da Administração, especialmente designado para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, conforme prevê os Arts. 7 e 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como Portaria PMDF Nº 728/2010;

35.2. Nos termos da portaria 728/2010 PMDF, ficam indicados os policiais militares abaixo relacionados para a futura fiscalização do contrato e gestão do contrato:

- LAURO CEZAR DE OLIVEIRA FERREIRA - 1º TEN QOPM - Mat. 215.232/0 - BOPE;
- JOSÉ PAULO DE SOUZA - 1º SGT QPPMC - Mat. 22.146/5 - BOPE;
- DIÓGENES OLIVEIRA MARQUES DA CRUZ - 3º SGT QPPMC - Mat. 732.292/5- BOPE.

### 35.3. Fiscalização Técnica

35.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

35.3.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

35.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

35.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

35.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

35.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### 35.4. Fiscalização Administrativa

35.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

35.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

35.4.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### 35.5. **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

- 35.5.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 35.5.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 35.5.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 35.5.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 35.5.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 35.5.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 35.5.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 36. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

36.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

36.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 36.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 36.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 36.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 36.2.4. Multa
- 36.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 36.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 36.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 36.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 36.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 36.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 36.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 36.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 36.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 36.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 36.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 36.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 36.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 36.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 36.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

36.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

36.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

36.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

36.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 37. **DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

37.1. O contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público, com as devidas justificativas, Capítulo VIII (das hipóteses de extinção dos contratos) da Lei 14.133/2021;

37.2. Eventuais questões não definidas no presente termo serão sanadas pelo Comandante do CPME, à luz da legislação, ouvido o Chefe do Departamento de Logística e Finanças da PMDF;

37.3. O período de vigência do contrato se dará até o final das garantias previamente estabelecidas;

37.4. A aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições.

37.5. O órgão ou entidade contratante pagará à contratada, pelo serviço executado ou o fornecimento do bem, as importâncias nas formas fixadas no edital de credenciamento, de acordo com a demanda.

37.6. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupo de empresas.

### 38. **PLANO DE DISTRIBUIÇÃO**

38.1. Todos os materiais ficarão em carga do Batalhão de Operações Especiais Policiais BOPE, da Polícia Militar do Distrito Federal.

38.2. Serão repassados 04 kit Arrombamentos ao BPCHOQUE.

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE

01	Kit Arrombamento com : Alavanca tática tipo Halligan, Alicates Corta frio tático, Aríete 10kg, Marreta tática e mochila para transporte.	09
02	Aríete de 15 kg	02
03	Serra Circular Tática a Gasolina	02
04	Mini Serra Circular Tática Elétrica	04
05	Porta de arrombamento para treinamento	02
06	Ferramenta de Arrombamento Hidráulico	02
07	Escada Tática Retrátil	02
08	Breacher PEN - Caneta de Arrombamento Térmico	10
09	Container de treinamento para Arrombamento.	01
10	Break n' rake - Quebra Vidro	02
11	Moto Serra Tática	02
12	Furadeira de Bancada	01
13	Breacher Tape - Fita de Brecha ( rolo com 15 metros)	20
14	Pry Bar	20
15	Halligan Hidráulico para entrada forçada	04
16	Expansor hidráulico a bateria	02

39. **ANEXOS**

39.1. ANEXO A - Memorial Descritivo - Especificações Técnicas - EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO.



**ANEXO A**  
**MEMORIAL DESCRITIVO**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA PARA ARROMBAMENTO.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1	<b>Kit de Arrombamento</b>	09	<p><b>1.0 Kit Arrombamento:</b></p> <p>1.1 Alavanca tática:</p> <p>1.1.1 Peso: 4 Kg (margem de erro de 100 g);</p> <p>1.1.2 Cor: preto ou desert;</p> <p>1.1.3 Comprimento: 60 cm;</p> <p>1.1.4 Diâmetro do tubo: 3,7cm</p> <p>1.1.5 Deverá ser fabricado em aço.</p> <p>1.1.6 Deverá possuir pintura eletrostática.</p> <p>1.1.7 Deverá possuir empunhadura de nylon (eletricamente não condutivo).</p> <p>1.1.8 Deverá possuir em uma das extremidades uma cunha de expansão e na outra extremidade deverá possuir uma alavanca perpendicular ao comprimento e uma espiga pontiaguda para cavar, perfurar, entre outros.</p> <p>1.1.9 Igual ou similar ao ZAK Tool Black Alloy Halligan Entry Tool.</p> <p>1.1.10 Laudo técnico do isolamento elétrico das ferramentas conforme norma ASTM 1826, ASTM F711 e IEC-60855. Mínimo aceitável: 50.000 volts - (50KV/cm).</p> <p>1.2 Alicates corta frio tático:</p> <p>1.2.1 Peso: 4 Kg (margem de erro de 300g).</p> <p>1.2.2 Comprimento total: de 60 a 75 cm (margem de erro de 2 cm)</p> <p>1.2.3 Cor: cinza escuro ou preto ou desert.</p>

- 1.2.4 Deverá ser construído em aço temperado.
- 1.2.5 Deverá possuir acabamento eletrostático.
- 1.2.6 Deverá possuir sistema de fechamento regulável.
- 1.2.7 Empunhaduras em nylon que não conduza eletricidade. Com poder de cortar correntes, barras e cadeados de até 10mm de espessura.
- 1.2.8 Laudo técnico do isolamento elétrico das ferramentas conforme norma ASTM 1826, ASTM F711 e IEC60855. Mínimo aceitável: 100.000 volts - (100KV).
- 1.3 Aríte pequeno
  - 1.3.1 Peso: entre 10 e 12 Kg (23 a 25 libras)
  - 1.3.2 Comprimento total: 40 a 45 cm
  - 1.3.3 Cor: cinza escuro ou preto ou desert.
  - 1.3.4 Deverá ser construído em aço temperado.
  - 1.3.5 A borda de impacto deverá ser de carboneto de cromo para evitar desgaste.
  - 1.3.6 A área de impacto deverá ser em formato quadrado.
  - 1.3.7 A alça traseira deverá ser fixa para evitar que o pulso role com o impacto.
  - 1.3.8 A alça frontal deverá ser giratória para manter o alinhamento adequado do pulso ao longo do arco do balanço.
  - 1.3.9 Os punhos das alças deverão ser antiderrapantes em borracha recartilhada.
  - 1.3.10 Deverá possuir um ponto para ancoragem de bandoleira em local que deixe equilibrado.
  - 1.3.11 A bandoleira deverá possuir uma manilha de pressão de liberação rápida.
  - 1.3.12 Deverá possuir uma proteção de batente de portas para a mão na alça frontal feito de aço de 1".
  - 1.3.13 Igual ou similar ao Broco BABY ENFORCER™ ou Black Halk.
- 1.4 Marreta Tática
  - 1.4 .1 Peso: no máximo 5 Kg.
  - 1.4.2 Cor: preto ou desert.

1.4.3 Diâmetro da empunhadura: 3,7 cm.

1.4.4 Comprimento: entre 60 a 82 cm.

1.4.5 Deverá ser fabricado em aço com acabamento em pintura eletrostática.

1.4.6 A ferramenta deverá possuir ainda uma empunhadura em tubo isolante de fibra de vidro em toda sua extensão.

1.4.7 Deverá possuir proteção de guarda em ambos os lados.

1.4.8 Deverá ser eletricamente não condutivo.

1.4.9 Laudo técnico do isolamento elétrico das ferramentas conforme norma ASTM 1826, ASTM F711 e IEC-60855. Mínimo aceitável: 100.000 volts - (100KV).

1.4.10 Igual ou similar a Marreta de Arrombamento Tático - Special Force

1.5 Mochila para transporte:

1.5.1 Peso: 1 Kg (margem de erro de 100 g).

1.5.2 Cor: Multicam (R)

1.5.3 Deverá ser fabricado em nylon 1000D (cordura).

1.5.4 Laudo técnico de determinação de malhas e tecidos planos, a gramatura de superfícies têxteis conforme ABNT NBR 10591/2008. Mínimo aceitável: 350 g/m<sup>2</sup> - Tolerância de 5%.

1.5.5 Identificação de materiais têxteis. Espectroscopia na região do infravermelho – FTIR, conforme requisitos e métodos de ensaio descritos na norma ASTM D 276-87 (1999). Mínimo aceitável tecido: nylon 1000D/ poliamida

1.5.6 Fitas: Polímero (Polietileno Tereftalato). Fio: nylon nº40.

1.5.7 Laudo técnico da resistência à pressão hidrostática – ensaio da coluna d'água conforme ABNT NBR 12999/1993. Mínimo aceitável: 30cm - Tolerância de 5%.

1.5.8 Laudo técnico da solidez de cor com a exposição à luz similar a radiação solar (UV + IV+ VIS) sem alteração de cor conforme ABNT NBR 15482/2013. Lâmpada OSRAN 400w. Baseado am ABNT NBR 15482-07. Mínimo aceitável: 72 horas.

1.5.9 Laudo técnico da resistência à tração de materiais têxteis conforme ABNT NBR 11912/2001. Mínimo aceitável na tração da trama e urdume: Carga de ruptura mínima de 150kg - Tolerância de 5%.

			<p>1.5.10 Determinação da resistência das costuras (travetes), conforme requisitos e métodos de ensaio descritos na norma ASTM D1683/D1683M:2011. Mínimo aceitável: Carga de ruptura mínima 50kg.</p> <p>1.5.11 Deverá possuir uma estrutura interna pré-moldado flexível e leve que dá estrutura a mochila mantendo a curvatura normal das costas.</p> <p>1.5.12 As costuras deverão ser feitas em nylon nº40.</p> <p>1.5.13 Deverá possuir 3 bolsos internos, costurados diretamente na estrutura da mochila, destinados ao transporte de um aríete médio, um alicate médio e uma Halligan Tool. De forma que equilibre o peso, sendo o bolso central destinado a ferramenta mais pesada (aríete).</p> <p>1.5.14 As ferramentas são protegidas por 2 (duas) abas de nylon 1000D (CORDURA), as abas ajudam na fixação e estabilização das ferramentas e cobrem totalmente os equipamentos. Possui ainda fechamento através de fitas de poliamida e 3 fivelas de ajuste rápido em polímero ou que o ajuste seja em velcro .</p> <p>1.5.15 Igual ou similar a Cobra Tactical Mochila de Arrombamento Tático Multicam (R)</p> <p>OBS: 04 KIT'S DEVEM SER DE COR PRETA EM SUA TOTALIDADE INCLUINDO A MOCHILA PARA TRANSPORTE. O RESTANTE NA COR CONFORME A DESCRIÇÃO.</p>
2	<b>Aríete de 15 kg</b>	02	<p><b>2.0 Aríete 15kg:</b></p> <p>2.1 Peso: entre 14 e 16 Kg.</p> <p>2.2 Comprimento total: 53 a 82 cm</p> <p>2.3 Cor: preto ou desert.</p> <p>2.4 Deverá ser construído em aço temperado.</p> <p>2.5 A borda de impacto deverá ser de carboneto de cromo para evitar desgaste.</p> <p>2.6 A área de impacto deverá ser em formato quadrado.</p> <p>2.7 A alça traseira deverá ser fixa para evitar que o pulso role com o impacto.</p> <p>2.8 A alça frontal deverá ser giratória para manter o alinhamento adequado do pulso ao longo do arco do balanço.</p> <p>2.9 Os punhos das alças deverão ser antiderrapantes em borracha recartilhada.</p> <p>2.10 Deverá possuir um ponto para ancoragem de bandoleira em local que deixe equilibrado.</p>

			<p>2.11 A bandoleira deverá possuir uma manilha de pressão de liberação rápida.</p> <p>2.12 Deverá possuir uma proteção de batente de portas para a mão na alça frontal feito de aço de 1".</p> <p>2.13 Igual ou similar ao Broco ENFORCER™ ou Black Halk.</p>
3	<b>Serra Circular Tática à Gasolina</b>	02	<p><b>3.0 Serra Circular Tática à Gasolina:</b></p> <p>3.1 Serra tática ultrapotente com motor movido a combustível,</p> <p>3.2 Deverá ser desenvolvida para ações de "breaching".</p> <p>3.3 Motor: no mínimo 60 cc.</p> <p>3.4 Lâmina especialmente concebida para "breaching".</p> <p>3.5 A lâmina deverá ser de diamantes sintéticos, mais largos e separados com um cimento especializado, permitindo que a lâmina corte vários tipos de materiais rapidamente sem ficarem superaquecidos.</p> <p>3.6 Dimensões(C x L x A): 76 x 26 x 36 cm</p> <p>3.7 Peso máximo: 9 kg</p> <p>3.8 Deverá acompanhar maleta de transporte em alumínio, contendo:</p> <p style="padding-left: 40px;">(01) lâmina sobressalente.</p> <p style="padding-left: 40px;">Caixa de manutenção.</p> <p style="padding-left: 40px;">Luvas de proteção com ou sem manga de proteção.</p> <p style="padding-left: 40px;">Manual de instruções.</p> <p>3.9 Deverá acompanhar luz tática incorporada para operações com pouca luz e baixa visibilidade.</p> <p>3.10 Assistência técnica em âmbito nacional.</p> <p>3.11 Garantia mínima de um ano a contar da data de entrega.</p> <p>3.12 Igual ou superior a Serra Tática Grinder FD TAC-UP.</p>
4	<b>Mini Serra Circular Tática Elétrica</b>	04	<p><b>4.0 Mini Serra Circular Tática Elétrica:</b></p> <p>4.1 Peso: Aproximadamente 7KG sem baterias.</p>

			<p>4.2 Deverá ser capacidade para cortar aço, concreto e policarbonato (plexiglass) e outros, para correntes, telas, portões, trancas endurecidas, barras de janelas, dobradiças de portas e fechaduras pesadas.</p> <p>4.3 Deverá ser elétrica com alimentação por bateria inteligentes de 18V modelo igual ou similar a X2 <i>LXT Lithium-Ion</i></p> <p>4.4 Deverá conter um Kit de ferramentas com seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mini serra 36V 9 "</li> <li>- 3 lâminas de 9" Diamantadas.</li> <li>- 4 x baterias igual ou similar a Makita BL1860B.</li> <li>- Carregador DC18RD com cabo de força robusto.</li> <li>- Mochila de transporte em Nylon 1000D na cor preta e Multicam®;</li> <li>- Case rígido;</li> <li>- Cor: Preto ou khaki.Garantia 24 meses.</li> </ul> <p>4.5 Deverá ser igual ou similar ao Mini Serra Circular Spacial Force ou Blcak Halk</p>
5	<b>Porta de arrombamento para treinamento</b>	02	<p><b>5.0 Porta de arrombamento para treinamento:</b></p> <p>5.1 O equipamento deverá ser construído em aço, peças usinadas, cortes precisos e encaixes perfeitos, a estrutura montada, deverá ter suas medidas totais de 2,16m de altura e largura de 1,60m, com 0,97m de profundidade, as portas devem ter 2,10m de altura e 0,90m de largura, seguindo padrões nacionais.</p> <p>5.2 A montagem da porta deve ser intuitiva e deve ser facilmente transportada e erguida por dois indivíduos em questão de minutos, o que torna a porta de arrombamento uma opção de treinamento viável em qualquer. cenário.</p> <p>5.3 O equipamento deve proporcionar sua montagem sentido de abertura para o lado esquerdo ou direito, invertendo a posição da porta, proporcionando uma maior flexibilidade no treinamento em locais específicos.</p> <p>5.4 A porta deve ser do tipo intercambiável e proporcionar a sua troca por uma porta de madeira (padrão) para utilização de explosivos ou outra porta de aço com vazamentos nas áreas das dobradiças (3x de 15cm de altura e 10 de largura) e fechaduras (1 central de 30cm de altura e 15cm de largura), para serem preenchidas com madeira, para uso com explosivos e espingarda calibre 12.</p> <p>5.5 Deverá proporcionar treinamento com aberturas para dentro com o uso de arietes e marretas e para fora com o uso de alavancas e ferramentas combinadas com pontos de</p>

			<p>clipagem para correntes e cadeados.</p> <p>5.6 Deverá possibilitar a utilização de aríetes (ram), alavancas (halligans), alicates (boltcutter), espingarda calibre 12 com munição frangível, explosivos e proporcionar aos operadores um treinamento realístico com no mínimo 3 graus de dificuldade de abertura:</p> <p>5.7 Para simular o grau de dificuldades o sistema de travamento da porta deve ser através de pinos de madeira 10mm com cisalhamento próximo de 300kgf. A porta deve permitir a inserção de 1 ou 2 pinos de diâmetros diferentes, 400 unidades devem acompanhar a porta na entrega. Os níveis de dificuldades devem simular:</p> <p style="padding-left: 40px;">Portas de madeira simples com fechadura simples: Fácil.</p> <p style="padding-left: 40px;">Portas de madeira maciça com fechadura reforçada: Intermediário.</p> <p style="padding-left: 40px;">Portas de madeira/metal leve reforçadas e fechaduras tetra: Difícil.</p> <p>5.8 A porta deverá dividir-se em 9 partes sendo: Base, caixilho, 2 portas (1 inteira e outra vazada), tensores e suportes traseiros, e demais acabamentos.</p> <p>5.9 A porta deverá possuir tensores nas laterais (esquerda e direita) para fixação da estrutura, estabilizar e colocar a porta no nível quando montada em terreno irregular.</p> <p>5.10 As peças deverão ser numeradas e um manual deve acompanhar o equipamento para facilitar a montagem.</p> <p>5.11 Deverá possuir garantia de 5 anos.</p> <p>5.12 Igual ou superior ao PORTA DE ARROMBAMENTO SPECIAL FORCE COBRA TACTICAL.</p>
6	<b>Ferramenta de Arrombamento Hidráulico</b>	02	<p><b>6.0 Ferramenta de Arrombamento Hidráulico:</b></p> <p>6.1 Funcionamento por de bomba hidráulica , tanque de óleo e as lâminas de trabalho integradas multifuncionais;</p> <p>6.2 A lâmina de corte e a bomba manual devem rodar até um 360°, conveniente para todos os ângulos de trabalho.</p> <p>6.3 Max. Distância de Abertura: 255 mm</p> <p>6.4 Max. Capacidade de corte (metal Q235) Φ24mm (aço circular Q235) / 15mm (chapa de aço)</p> <p>6.5 Max. Força de corte: 207KN</p> <p>6.6 Força de espalhamento:190KN</p> <p>6.7 Distância de transporte: 255mm</p>

			6.8 Peso líquido: 11,8 kg 6.9 Dimensão (L * W * H):831 * 208 * 175 mm 6.10 Cor: Preto e desert 6.11 Mochila de transporte em Nylon 1000D na cor preta ou Multicam®; 6.12 Bandoleira de transporte em Nylon 1000D na cor preta ou Multicam®; 6.13 Igual ou similar a Ferramenta Combinada Hidráulica COBRA TATICAL
7	<b>Escada tática retrátil</b>	02	<b>7.0 Escada tática retrátil:</b> 7.1 Escada telescópica extensível deverá possuir no mínimo 13 degraus. 7.2 Deverá ser em alumínio com pés antiderrapantes. 7.3 Deverá possuir travas de segurança para elevação de cada degrau. 7.4 Dimensões: 3,80 m de extensão máxima na posição totalmente 7.5 85 cm de altura na posição fechada para armazenamento. 7.6 Deverá suportar o peso máximo de 150kg. 7.7 Deverá possuir a Certificação EN 131 7.8 Deverá conter alças para transporte tipo mochila na cor Multican.
8	<b>Breacher PEN - Caneta de arrombamento térmico</b>	10	<b>8.0 Breacher PEN - Caneta de arrombamento térmico:</b> 8.1 Peso: 250 g ou menos. 8.2 Cor: preto, cinza, verde oliva ou multicam. 8.3 Comprimento fechado: 33 cm ou menos. 8.4 Comprimento estendido: 50 cm ou menos. 8.5 Diâmetro: 7,5 cm ou menos. 8.6 Deverá possuir validade de 2 anos. 8.7 Deverá possuir tempo de queima superior a 22 segundos. 8.8 Deverá possuir profundidade de corte de até 5 cm. 8.9 Deverá possuir temperatura de ignição mínima de 1440°C. 8.10 Deverá possuir temperatura de operação mínima de 2800°C.



			<p>8.11 A ferramenta deverá ser capaz de cortes de fechaduras e correntes, destruir blocos de motor, cortar rebarbas pós arrombamento, sem uso de eletricidade, acetileno ou oxigênio.</p> <p>8.12 Cada caneta deverá possuir seu sistema de ignição próprio e único.</p> <p>8.13 Cada caneta deverá ser operado por apenas 1 pessoa.</p> <p>8.14 Igual ou similar a Firepen.</p>
9	<b>Container de treinamento para Arrombamento</b>	01	<p><b>9.0 Container de treinamento para Arrombamento:</b></p> <p>9.1 Possibilitar o treinamento com:</p> <p>Transposição de obstáculos, acessando diferentes pontos do container através das escadas posicionadas na lateral e do alçapão posicionado na parte superior;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamentos de arrombamento mecânico: alicates, alavancas, aríetes, marretas, break n`Rake e outros;</li> <li>- Equipamentos hidráulicos;</li> <li>- Gauge 12 com munições frangíveis;</li> <li>- Serras elétricas e a combustão;</li> <li>- Breacher pen;</li> <li>- Maçarico táctico (BROCO);</li> <li>- Explosivos.</li> </ul> <p>9.2 Tamanho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprimento do container 20 pés standard: 6.058 m</li> <li>- Largura do container 20 pés standard: 2.438 m</li> <li>- Altura do container 20 pés standard: 2.591 m</li> <li>- Capacidade de carga útil do container 20 pés standard: 21,780 kg</li> <li>- Peso aproximado do container 20 pés standard: 2,220 kg.</li> </ul> <p>9.3 Deverá conter uma pintura especial anti-desgaste.</p> <p>9.4 As portas e metal poderão ser violadas com aríetes e alavancas, serras, equipamentos hidráulicos, térmicos e explosivos (cargas com água na região da fechadura.</p> <p>9.5 As portas de madeira poderão ser arrombadas com aríetes, alavancas, marretas, serras, equipamentos hidráulicos e explosivos (cargas de trinco (CPI), lineares e outras cargas</p>

controladas.

9.6 Diferentes tipos de travas e espessuras vão entregar diferentes níveis de dificuldade para a violação das portas, sejam de madeira, polímero ou metal, o treinamento estará mais próximo do real e ainda mais difícil.

9.7 Deve proporcionar aos operadores um treinamento realístico com no mínimo 3 graus de dificuldade de abertura:

9.7.1 Uma trava extra posicionada na parte traseira da porta vai simular uma fechadura extremamente resistente ou um tetra chave. A porta deve permitir a inserção de 1, 2 ou 3 pinos de madeira, inclusos 800 pinos. Os níveis de dificuldades devem simular:

- Portas de madeira simples com fechadura simples: **Fácil.**
- Portas de madeira maciça com fechadura reforçada: **Intermediário.**
- Portas de madeira/metal leve reforçadas e fechaduras tetra: **Difícil.**

9.7.2 As portas serão construídas em aço, peças usinadas, cortes precisos e encaixes perfeitos, a estrutura montada, terá a altura de uma porta verdadeira: 2,10m de altura e 0,90m de largura, seguindo padrões nacionais.

9.7.3 Deverá possibilitar possibilitar arrombar cadeados e correntes, arrombar portas com sentido de abertura para dentro e para fora seja de dia ou a noite.

9.7.4 Deverá conter alçapão que poderá ser acessado por dentro e por fora, por dentro com escada improvisada e quando acessado por fora os operadores podem violar as trancas.

9.7.5 Deverá estrutura tubular para proteção dos operadores na parte superior, evitando a queda de nível.

9.7.6 Deverá conter um dispositivo elétrico foi anexado a uma das portas possibilitando simular uma porta energizada para abertura com equipamentos isolados.

9.7.7 Deverá conter sonoro (sirene) e iluminação para indicar qual porta atacar, possibilitando uma avaliação mais apurada do raciocínio do operador, ideal para competições de velocidade.

9.7.8 Deverá conter refletores de luz solar para treinamentos e simulações noturnas ou em baixa luminosidade.

			<p>9.7.9 Deverá conter um dispositivo para simular chuva, fazendo com que o operador fique molhado, dificultando ainda mais a abertura.</p> <p>9.7.10 Deverá conter uma porta comercial de rolo trancada por cadeado e poderá ser violada, entretanto esta porta esconde um pequeno depósito para equipamentos, Prateleiras de armazenamento + cubículos para cavilhas de madeira, ferramentas de trabalho, uma bancada de trabalho, EPIs, acessórios e outros relativos ao treinamento.</p> <p>9.8 Deverá ser uma unidade móvel, que pode ser movimentada e um local para outro com uma plataforma de transporte.</p> <p>9.9 Deverá a Personalização mediante solicitação/discussão com ambas as partes.</p> <p>9.10 Deverá conter uma entrega técnica inclusa, com treinamento de utilização de todo o equipamento e acessórios.</p> <p>9.11 Igual ou similar ao Container de Treinamento COBRA TATICAL.</p>
10	<b>Break n' rake - Quebra Vidro</b>	02	<p><b>10.0 Break n' rake - Quebra Vidro:</b></p> <p>10.1 Peso: no máximo 5 kg.</p> <p>10.2 Cor: preto ou desert.</p> <p>10.3 Comprimento: 69 " (entre 170 e 180 cm).</p> <p>10.4 Deverá ser fabricado em aço, apresentar um gancho e uma lâmina serrilhada. E três aletas de ancinho construídas em aço carbono de 30,5 cm. 21/07/22,</p> <p>10.5 Deverá ser presa a um sistema de alça em D de 1,25 polegadas e ser eletricamente não condutivo.</p> <p>10.6 Igual ou similar ao Blackhawk Dynamic Entry Super Break-N-Rake e a Ferramenta Combinada BREAK-N-RAKE SPECIAL FORCE DESERT.</p>
11	<b>Moto Serra Tática</b>	02	<p><b>11.0 Moto Serra Tática:</b></p> <p>11.1 Peso incluindo a mochila de transporte: no máximo 9.0 Kg.</p> <p>11.2 Deverá ser movida a combustível.</p> <p>11.3 Motor a gasolina de no mínimo 79 CC de dois tempos.</p> <p>11.4 Potencia: 6,5 Hp. 1.13.5. Velocidade da corrente: 20 a 25 m/s.</p> <p>11.5 Deverá acompanhar mochila tática com sistema de liberação rápida.</p> <p>11.6 Deverá acompanhar luz tática incorporada para operações com pouca luz e baixa visibilidade.</p>

			<p>11.7 Deverá possuir limitador de nível para segurança e limitação da profundidade de corte.</p> <p>11.8 Dimensões (C x L x A): 88 cm x 24 cm x 31 cm.</p> <p>11.9 A motosserra táctica deverá em uma maleta de alumínio contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(05) corrente de resgate sobressalente;</li> <li>(05) lâminas/sabres de resgate sobressalentes;</li> <li>(01) sistema de mochila táctica com sistema de liberação rápida e leve;</li> <li>(01) kit de ferramentas para manutenção e ajuste;</li> <li>Luvas de proteção com ou sem manga de proteção.</li> </ul> <p>1110 Assistência técnica em âmbito nacional.</p> <p>11.11 Garantia mínima de um ano a contar da data de entrega.</p> <p>11.12 Manual de instrução em Português.</p> <p>11.13 Igual ou superior a Motosserra Tactical Chainsaw TAC-UP.</p>
12	<b>Furadeira de Bancada</b>	01	<p><b>12.0 Furadeira de Bancada:</b></p> <p>12.1 Tensão: 110/220V - Bivolt</p> <p>12.2 Motor: 550W.</p> <p>12.3 Motor Blindado.</p> <p>12.4 Mandril: 5/8" (16mm).</p> <p>12.5 Tamanho da Broca de Trabalho: 3-16mm.</p> <p>12.6 Afunilamento na Ponta do Fuso/Cabeçote: B16.</p> <p>12.7 Profundidade máxima de furação : 60mm.</p> <p>12.8 Balanço: 260mm.</p> <p>12.9 5 Velocidades do eixo.</p> <p>12.10 Polia x Correia: 570 à 3050RPM.</p> <p>12.11 Distância do fuso para a coluna: 130mm.</p> <p>12.12 Distância do fuso para a mesa (máx.): 400mm.</p> <p>12.13 Distância do fuso para a base (máx.): 515mm.</p> <p>12.14 Dimensão da Mesa de Trabalho: 200x200mm.</p> <p>12.15 Dimensão da Base: 340x210mm.</p> <p>12.16 Diâmetro da Coluna: 58mm.</p> <p>12.17 Altura: 840mm.</p> <p>12.18 Peso Líquido/Bruto: 32/34kg.</p>

			<p>12.19 Acessórios:</p> <p>01 Mandril de 5/8" (16mm);</p> <p>01 Chave do mandril;</p> <p>01 Chave allen 4 mm.</p> <p>12.20 Garantia: 1 ano.</p> <p>12.21 Igual ou similar ao FORTGPRO.</p>
13	<b>Breacher Tape - Fita de brecha (rolo com 15 metros)</b>	20	<p><b>13.0 Breacher Tape - Fita de brecha (rolo com 15 metros):</b></p> <p>13.1 Deverá 1,52mm de espessura.</p> <p>13.2 Deverá ter aderência em superfícies sujas e empoeiradas e na maioria das condições climáticas, mesmo FRIO e MOLHADO.</p> <p>13.3 Disponível em rolos de 2 polegadas (50mm) de largura por 50 pés de comprimento (15 metros). Altamente resistente vai funcionar perfeitamente entre -10F a 150F ( -17 a 65°C)</p> <p>13.4 Tenha um contato de superfície superior, (1,52 mm) de espessura para absorver os altos e baixos pontos irregulares de várias superfícies.</p> <p>13.5 O adesivo tem uma vida útil longa (1 ano ou mais)</p> <p>13.6 Possuir um forro estendido especial de liberação rápida que se estende aproximadamente 1/2" além da borda do adesivo.</p> <p>13.7 Igual ou similar a Breacher Tape.</p>
14	<b>Pry Bar ( Alavanca individual)</b>	20	<p><b>14.0 Pry Bar ( Alavanca individual):</b></p> <p>14.1 Deverá ser utilizada para os serviços em que uma barra ou pé de cabra é grande demais ou você só tem uma mão para usar.</p> <p>14.2 Esta ferramenta deverá ser ideal para estourar caixas de munição abertas, arrancar o batente de uma porta de um ferrolho.</p> <p>14.3 A pry bar deverá ser uma barra de alavanca tática pessoal.</p> <p>14. Deverá ser feito de aço endurecido tratado termicamente e poder suportar mais de 400 libras de força sem que a alça entorte ou parta.</p> <p>14.4 Deverá ter a empunhadura enrolada em Paracord (R) e ter uma base de espuma de alta densidade para maior conforto e destreza.</p>

			<p>14.5 Medidas: 10,5 polegadas de comprimento com uma ponta angular de 5/8 de polegada de largura.</p> <p>14.6 Peso: menos de 500g.</p> <p>14.7 Deverá acompanhar bolso no sistema molle na cor coyote ou multicam (R).</p> <p>14.8 Igual ou similar ao Broco JIMMY! Tactical Pry Bar.</p>
15	<b>Halligan hidráulico para entrada forçada</b>	04	<p><b>15.0 Halligan hidráulico para entrada forçada:</b></p> <p>15.1 Deverá ter a capacidade de martelar, cortar, separar, levantar, calçar e forçar tudo em uma só ferramenta;</p> <p>15.2 Deverá ser compacta permitindo o uso das forças de separação/corte elevadas numa ferramenta com design compacto, com fácil utilização em espaços confinados, carregamento e armazenamento e ser utilizado por um único operador sem a necessidade de um segundo para ajudar.</p> <p>15.3 Deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 Cunha removível;</li> <li>- 01 Pontas de separação;</li> <li>- 01 Lâminas de corte e design mandíbular;</li> <li>- 01 Bomba bifásica;</li> <li>- 01 Cabeça do martelo.</li> </ul> <p>15.4 Deverá atender as seguintes características :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cor: preto ou desert;</li> <li>- Peso: Entre 7,5 a 8 Kg;</li> <li>- Máx. espalhamento vigor : 33 / 3.4 (kN/t);</li> <li>- pressão de trabalho máx. : 720 / 72 (bar/Mpa);</li> <li>- Espalhando distância: 128 mm;</li> <li>- Máx. corte de abertura 29 mm;</li> <li>- Força de corte teórica :139 / 14.2 (kN/t);</li> <li>- Força de separação mín. de 25 mm a partir da ponta :26 / 2.7 (kN/t)</li> <li>- Dimensões (AxBxC) : 694 x 232 x 62 mm</li> </ul>

			<p>15.4 Deverá ter capacidade de corte de tubos metálicos de aproximadamente 18mm.</p> <p>15.5 Igual ou similar ao HOLMATRO T1.</p>
16	<b>Expansor hidráulico a bateria</b>	02	<p><b>16.0 Expansor hidráulico a bateria :</b></p> <p>16.1 A ferramenta otimiza continuamente as configurações do motor e da bomba, proporcionando a velocidade máxima em qualquer carga da ferramenta.</p> <p>16.2 - Deverá atender as seguintes características :</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Cor: preto ou desert.</li><li>- Peso: Entre até 20kg com bateria;</li><li>- Máx. espalhamento vigor : 280 / 28.6 (kN/t);</li><li>- Min. espalhamento vigor : 43 / 4.4 (kN/t);</li><li>- Máx. espremendo vigor : 59 / 6 (kN/t);</li><li>- Máx. força de tração : 51.7 / 5.3 (kN/t);</li><li>- Puxando distância :613 mm;</li><li>- Índice de proteção: IP57;</li><li>- Diretivas: 2006/42/EC, 2014/30/EU, 2014/53/EU.</li></ul> <p>16.3 Deverá atender as normas: EN 13204, NFPA 1960, EN 13204;</p> <p>16.4 Deverá conter os seguintes acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 2 Baterias sobressalente;</li><li>- Carregador de bateria na Voltagem 220 volts;</li></ul> <p>16.5 Deverá acompanhado de uma maleta de acondicionamento em cordura 1000 D . Com laudo técnico de determinação de malhas e tecidos planos, a gramatura de superfícies têxteis conforme ABNT NBR 10591/2008. Mínimo aceitável: 350 g/m<sup>2</sup> - Tolerância de 5%. Identificação de materiais têxteis. Espectroscopia na região do infravermelho – FTIR, conforme requisitos e métodos de ensaio descritos na norma ASTM D 276-87 (1999). Mínimo aceitável tecido: nylon 1000D/ poliamida. Fitas: Polímero (Polietileno Tereftalato). Fio: nylon nº40. Laudo técnico da resistência à pressão hidrostática – ensaio</p>

		<p>da coluna d'água conforme ABNT NBR 12999/1993. Mínimo aceitável: 30cm - Tolerância de 5%. Laudo técnico da solidez de cor com a exposição à luz similar a radiação solar (UV + IV+ VIS) sem alteração de cor conforme ABNT NBR 15482/2013. Lâmpada OSRAN 400w. Baseado na ABNT NBR 15482-07. Mínimo aceitável: 72 horas. Laudo técnico da resistência à tração de materiais têxteis conforme ABNT NBR 11912/2001. Mínimo aceitável na tração da trama e urdume: Carga de ruptura mínima de 150kg - Tolerância de 5%. Determinação da resistência das costuras (travetes), conforme requisitos e métodos de ensaio descritos na norma ASTM D1683/D1683M:2011. Mínimo aceitável: Carga de ruptura mínima 100kg. Deverá possuir uma estrutura interna pré-moldado flexível e leve que dá estrutura a mochila mantendo a curvatura normal das costas. As costuras deverão ser feitas em nylon nº40.</p> <p>16.5 Igual ou Similar ao Holmatro Expansor PSP 40</p>
--	--	---



**ANEXO II****MODELO DE TERMO DE CONTRATO****Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021****AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO****POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

(Processo Administrativo n.º.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

O Distrito Federal por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, com sede no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
  - 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis , a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### 10. **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

#### 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.2.6. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.2.7. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.2.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.2.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4. os danos que dela provierem para o Contratante;

5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo



máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE**  
**M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do Distrito Federal através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no Endereço: Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Observações:** Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**  
**M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Representante Legal

**Observações:** Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: \_\_\_\_/20\_\_

PROCESSO nº: \_\_\_\_\_.

PREGÃO ELETRÔNICO nº: \_\_\_\_/20\_\_

VALIDADE: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, localizada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, o Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM\_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº \_\_\_\_/2023, Processo SEI nº\_\_\_\_, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de \_\_\_\_\_, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº ..... que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição. 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (se exigido no Edital)	unidade	Quantidade	Valor unitário	Prazo (garantia ou validade)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à PMDF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

### **4. CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões:

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7. (se for o caso)

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.19, observando o item 5.19 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.15.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.14.2. mantiverem sua proposta original.

5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.16. O registro a que se refere o item 5.8. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.9.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

## **6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

- 6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.13. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- 6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## **7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor

9.1.1. for liberado pela Administração Pública;

9.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

9.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

## **10. CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CLÁUSULA XX - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

## **12. CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS**

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

- 12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em \_\_\_\_\_ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
- 12.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

\_\_\_\_\_  
Chefe do Departamento de Logística e Finanças - CEL QOPM

\_\_\_\_\_  
Licitante vencedor

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

PREGÃO ELETRÔNICO N. /2026			ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. /2026	
1º LUGAR				
EMPRESA				
CNPJ	INSC. ESTADUAL	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
TELEFONE		ENDEREÇO		

SÓCIO - DIRETOR				RG	CPF
PROCURADOR				RG	CPF
1º LUGAR					
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO

PROCESSO Nº PREGÃO Nº /20__					
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº					
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor)					
EMPRESA					
CNPJ	INSC ESTADUAL	BANCO		AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
TELEFONE				ENDEREÇO	
SÓCIO-DIRETOR				RG	CPF
PROCURADOR				RG	CPF
1º LUGAR					
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITARIO



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO MENDES CARVALHO DE SOUSA - CEL QOPM, Matr.0050644-3, Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 04/05/2026, às 18:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **201883563** código CRC= **CB38B6E5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAISo Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF  
Telefone(s): 3190 5509  
Site - [www.pm.df.gov.br](http://www.pm.df.gov.br)

00054-00080204/2024-11

Doc. SEI/GDF 201883563